

PUBLICIDADE LEGAL

Todeschini S/A Indústria e Comércio CNPJ 87.547.170/0001-79
 NIRE: 43300001431
Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária - Convocação: Convocamos os Senhores Acionistas da Todeschini S/A Indústria e Comércio a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a ser realizada na sede social, na Alameda Todeschini, 370, Bairro Verona, em Bento Gonçalves, RS, no dia 18 de abril de 2022, às 10:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia:** I) **Em regime Ordinário:** a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; b) Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) Eleição da Diretoria; d) Eleição do Presidente do Conselho Consultivo; e) Fixação da remuneração dos Administradores; f) Instalação, eleição e fixação da remuneração do Conselho Fiscal; II) **Em regime Extraordinário:** a) Deliberar sobre o aumento do capital social mediante subscrição de novas ações e consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social; b) Outros assuntos de interesse social. Bento Gonçalves/RS, 06 de abril de 2022. **Paulo Farina** - Diretor/Presidente.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA S. A., CUTELARIA

CNPJ nº 90.050.238/0001-14 – NIRE: 43300005071 – Carlos Barbosa – RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 18 de abril de 2022, às 09h00min (nove horas), na sede da Companhia sita na Av. Ivo Tramontina, nº 1024, em Carlos Barbosa, RS, CEP 95185-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I – EM AGO: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Consultivo; e, **4.** Eleição do Conselho de Administração. **II – EM AGE: 1.** Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e, **2.** Sua consequente alteração estatutária. Carlos Barbosa, RS, em 04 de abril de 2022.

Clovis Tramontina – Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA TEEC S. A.

CNPJ nº 01.554.846/0001-36 – NIRE: 43300040747 – Carlos Barbosa – RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 18 de abril de 2022, às 14h00min (quatorze horas), na sede da Companhia sita na Rodovia BR-470/RS, Km 230, em Carlos Barbosa, RS, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I – EM AGO: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria e do Conselho de Administração; e, **4.** Eleição do Conselho de Administração. **II – EM AGE: 1.** Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e, **2.** Sua consequente alteração estatutária.

Carlos Barbosa, RS, em 04 de abril de 2022.

Clovis Tramontina – Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

🗨 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA GARIBALDI S. A., IND. METAL.

CNPJ. Nº 90.049.792/0001-81 – NIRE: 43300011658 – Garibaldi – RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 19 de abril de 2022, às 09h00min (nove horas), na sede da Companhia sita na Rua Tramontina, nº 600, em Garibaldi, RS, CEP 95720-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I – M A G O: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Consultivo; e, **4.** Eleição do Conselho de Administração. **II – E M A G E: 1.** Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e, **2.** Sua consequente alteração estatutária. Garibaldi, RS, em 04 de abril de 2022.

Clovis Tramontina – Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA FARROUPILHA S. A., IND. METAL.

CNPJ. N° 87.834.883/0001-13 – NIRE: 43300011607 – Farroupilha – RS
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO
 Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 19 de abril de 2022, às 15h00min (quinze horas), na sede da Companhia sita na Rodovia RS 122, Km 61, Distrito Industrial, em Farroupilha, RS, CEP 95178-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I – EM AGO: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Consultivo; **4.** Eleição do Conselho de Administração; e, **5.** Eleição do Conselho Fiscal. **II – EM AGE: 1.** Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e, **2.** Sua consequente alteração estatutária.
 Farroupilha, RS, em 04 de abril de 2022.
Clovis Tramontina – Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA MULTI S. A.
 CNPJ nº 88.037.668/0001-54 – NIRE: 43300025381 – Carlos Barbosa – RS.
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO
 Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 20 de abril de 2022, às 10h00min (dez horas), na sede da Companhia sita na Rodovia BR-470/RS, Km 230, em Carlos Barbosa, RS, CEP 95185-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I – EM AGO: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria e do Conselho de Administração; e, **4.** Eleição do Conselho de Administração. **II – EM AGE: 1.** Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e, **2.** Sua consequente alteração estatutária. Carlos Barbosa, RS, em 04 de abril de 2022.
 Clovis Tramontina – Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

-  agencias@jornaldocomercio.com.br
-  comercial@jornaldocomercio.com.br
-  (51) 3213-1333 / 3213-1338
-  (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA SUL S. A.

CNPJ nº 93.514.180/0001-00 – NIRE: 43300042561 – Carlos Barbosa – RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 20 de abril de 2022, às 14h00min (quatorze horas), na Rua Garibaldi, nº 308, em Carlos Barbosa, RS, CEP 95185-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I – EM AGO: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria e do Conselho de Administração; e, **4.** Eleição do Conselho de Administração. **II – EM AGE: 1.** Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e, **2.** Sua consequente alteração estatutária.

Carlos Barbosa, RS, em 04 de abril de 2022.

Clovis Tramontina – Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA ELETRIK S. A.

CNPJ nº 88.674.080/0001-01 – NIRE: 43300025225 – Carlos Barbosa – RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 28 de abril de 2022, às 08h00min (oito horas), na sede da Companhia sita na Rodovia BR-470/RS, Km 230, em Carlos Barbosa, RS, CEP 95185-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I – EM AGO: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria e do Conselho de Administração; **4.** Eleição do Conselho de Administração; e, **5.** Eleição do Conselho Fiscal. **II – EM AGE: 1.** Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e, **2.** Sua consequente alteração estatutária. Carlos Barbosa, RS, em 04 de abril de 2022.

Clovis Tramontina – Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA MADEIRAS S. A.

CNPJ. 93682854/0001-86 – NIRE: 43300042588 – Encruzilhada do Sul – RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 28 de abril de 2022, às 17h00min (dezessete horas), na sede da Companhia sita na Rodovia RST 471, Km 233, em Encruzilhada do Sul, RS, CEP 96610-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I – EM AGO: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria e do Conselho de Administração; **4.** Eleição do Conselho de Administração; e, **5.** Eleição do Conselho Fiscal. **II – EM AGE: 1.** Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; **2.** Proposta da Diretoria para aumento do Capital Social em R\$ 8.000.000,00, mediante subscrição particular pelos acionistas; **3.** Alterar a denominação do endereço da Companhia, de acordo com a Lei Estadual do RS nº 15740, de 30 de novembro de 2021; e, **4.** Suas consequentes alterações estatutárias.

Encruzilhada do Sul, RS, em 04 de abril de 2022.

Clovis Tramontina – Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA INTERNACIONAL S. A.

CNPJ nº 04.693.723/0001-74 – NIRE: 43300043231 – Carlos Barbosa – RS.
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO
 Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 29 de abril de 2022, às 10h00min (dez horas), na sede da Companhia sita na Av. 20 de Setembro, nº 1024, em Carlos Barbosa, RS, CEP 95185-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I – EM AGO: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria e do Conselho de Administração; e, **4.** Eleição do Conselho de Administração; **II – EM AGE: 1.** Proposta da Diretoria para aumento do Capital Social em R\$ 10.000.000,00, mediante subscrição particular pelos acionistas; **2.** Alterar a denominação do endereço da Companhia, de acordo com a Lei nº 3.889 de 18 de agosto de 2021, da Prefeitura Municipal de Carlos Barbosa, RS; e, **3.** Suas consequentes alterações estatutárias. Carlos Barbosa, RS, em 04 de abril de 2022.

Clovis Tramontina – Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TERACOM TELEMÁTICA S.A

CNPJ Nº 02.820.966/0001-09 - NIRE Nº 43300057119 - Capital Fechado

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. EDITAL DE CONVOCAÇÃO:

Convidamos os Senhores Acionistas da Teracom Telemática S.A. para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a se realizar em 20 de abril de 2022, às 14:00 horas, na sede da Companhia, na Rua América, nº 1000, Eldorado do Sul, RS para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária: 1) Aprovação das contas do exercício de 2021; 2) Destinação dos resultados do exercício de 2021; 3) Aprovação do orçamento de 2022; 4) Ratificar a escolha da empresa de auditoria para os trabalhos de auditoria do ano de 2021. Os documentos objeto das deliberações da Assembleia Geral Ordinária ora convocada encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.

Eldorado do Sul, 06 de abril de 2022. **Claudia Gebinski** - Conselheira

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

CONSTRUTORA SULTEPA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF nº 89.723.993/0001-33 | NIRE 43300002357

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Construtora Sultepa S/A - Em Recuperação Judicial (a "Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (a "Assembleia"), a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, na sede da Companhia, na Rua Sérgio Jungblut Dieterich, nº 1200, bairro Sarandi, CEP 91.060-410, em Porto Alegre/RS, para examinar, discutir e votar sobre a seguinte ordem do dia: (i) o relatório da administração, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; (ii) a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; e (iii) a fixação da remuneração anual global dos administradores para o exercício de 2022. **Informações Gerais:** Conforme as orientações constantes na proposta da administração para Assembleia da Companhia (a "Proposta da Administração"), não será possível que o acionista exerça seu direito de voto por meio do sistema de boletim de voto a distância. Para fins de melhor organização, os administradores recomendam aos acionistas que queiram participar da Assembleia, que depositem na Companhia, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas a contar da data de realização da Assembleia, o instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e de acordo com o disposto na Proposta da Administração, na hipótese de representação do acionista. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia da Companhia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social e páginas eletrônicas da Companhia (www.sultepa.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br), na rede mundial de computadores (*internet*).
Porto Alegre/RS, 07 de abril de 2022.

Pompílio Vieira Loguércio - Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

COMPANHIA ZAFFARI COMÉRCIO E INDÚSTRIA

CNPJ/MF nº: 93.015.006/0001-13 | NIRE: 43.300.016.030

AVISO

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição na Sede Social da Companhia, localizada na Av. Plínio Brasil Milano, nº 1000, 4º andar, nesta Capital, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404 de 15.12.1976, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Porto Alegre, 08 de abril de 2022.

Claudio Zaffari
Diretor Superintendente**Ivo José Zaffari**
Diretor Superintendente

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL

TERMOLAR S/A

CNPJ 92.780.634/0001-22 - NIRE 43 3 0000294 2
Assembleia Geral Ordinária
Convocação: Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a se realizar em **18 de abril de 2022**, às **14:00** horas, na sede social, à Rua Tamararé, nº 500, Bairro Camaquã, CEP 91900-790, em Porto Alegre/RS, a fim de deliberarem sobre a seguinte:
ORDEM DO DIA: 1 - Leitura, discussão e aprovação do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; 2 - Destinação do resultado do exercício; 3 - Eleição dos membros da Administração; 4 - Fixação da remuneração dos administradores; 5 - Assuntos gerais. Porto Alegre/RS, 08 de abril de 2022. Natalie Ardrizzo - Diretora.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)														
a) Ativo biológico - culturas em formação: A movimentação do valor justo dos ativos biológicos das culturas durante o exercício é a seguinte:														
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Controladora</th> <th colspan="3">Outras culturas (2)</th> <th>Total</th> </tr> <tr> <th>Soja (1)</th> <th>Algodão</th> <th>Milho</th> <th></th> <th></th> </tr> </thead> </table>				Controladora	Outras culturas (2)			Total	Soja (1)	Algodão	Milho		
Controladora	Outras culturas (2)			Total										
Soja (1)	Algodão	Milho												
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.553	35.634	8	16.992										
Gastos com plantio.....	43.224	89.178	125	1.944										
Reclassificações (3).....	16.523	-	-	(16.523)										
Variação do valor justo (4).....	50.168	40.651	-	90.819										
Colheita do produto agrícola.....	(89.004)	(135.688)	(19)	(1.470)										
Saldos em 31 de dezembro de 2021	22.464	29.775	114	943										
Ativo biológico - custos de formação.....	22.464	29.775	114	943										
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Controladora</th> <th colspan="3">Outras culturas (2)</th> <th>Total</th> </tr> <tr> <th>Soja (1)</th> <th>Algodão</th> <th>Milho</th> <th></th> <th></th> </tr> </thead> </table>				Controladora	Outras culturas (2)			Total	Soja (1)	Algodão	Milho		
Controladora	Outras culturas (2)			Total										
Soja (1)	Algodão	Milho												
Saldos em 31 de dezembro de 2020	37.123	46.217	3.042	17.288										
Gastos com plantio.....	110.938	134.447	27.009	3.220										
Reclassificações (3).....	16.523	-	-	(16.523)										
Variação do valor justo (4).....	99.758	42.064	9.135	150.957										
Colheita do produto agrícola.....	(184.898)	(184.033)	(36.763)	(2.063)										
Saldos em 31 de dezembro de 2021	79.444	38.695	2.423	1.922										
Ativo biológico - custos de formação.....	62.843	38.695	2.423	1.922										
Ativo biológico - ajuste ao valor justo.....	16.601	-	-	16.601										
(1) Áreas de soja e de soja semente. (2) As outras culturas são formadas por brachiária e pecuária permanente. (3) Reclassificação do custo incorrido das áreas planejadas como soja semente até 31/12/2020. (4) Efeito do ativo biológico na demonstração do resultado do exercício. Abaixo apresentamos as principais premissas que foram utilizadas na determinação do valor justo:														
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Safra 2021/22 Consolidado 31/12/2021</th> <th colspan="4"></th> </tr> </thead> </table>				Safra 2021/22 Consolidado 31/12/2021									
Safra 2021/22 Consolidado 31/12/2021														
Área em ponto de colheita (ha) (1).....	6.000	-	-	-										
Produtividade estimada (sc/ha) (1).....	61	-	-	-										
Preço médio (R\$/sc) (2).....	R\$ 134,02	-	-	-										
(*) Dados estimados referentes à safra 2021/22, na data base de 31 de dezembro de 2021. (**) Preços médios a valor de mercado na data da apuração do valor justo da cultura.														
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Controladora</th> <th colspan="3">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2021 (*)</th> <th>31/12/2020 (**)</th> <th>31/12/2021 (*)</th> <th>31/12/2020 (**)</th> </tr> </thead> </table>				Controladora	Consolidado			31/12/2021 (*)	31/12/2020 (**)	31/12/2021 (*)	31/12/2020 (**)		
Controladora	Consolidado													
31/12/2021 (*)	31/12/2020 (**)	31/12/2021 (*)	31/12/2020 (**)											
Soja	10.703	6.813	24.870	21.214										
Área total colhida (ha).....	-	-	8.211	4.520										
Produtividade obtida (sc/ha).....	77	70	67	66										
Preço médio (R\$/sc) (***).....	R\$ 116,31	R\$ 77,93	R\$ 115,03	R\$ 72,82										
Milho	-	-	-	-										
Área total colhida (ha).....	-	-	-	-										
Produtividade obtida (sc/ha).....	-	-	113	76										
Preço médio (R\$/sc) (***).....	-	-	R\$ 48,70	R\$ 24,39										
Algodão em Carço	-	-	-	-										
Área total colhida (ha).....	10.317	9.873	13.270	17.309										
Produtividade obtida (@/ha).....	290	297	283	269										
Preço médio (R\$/@).....	R\$ 51,18	R\$ 38,86	R\$ 49,75	R\$ 37,49										
(*) Dados referente a safra 2020/21 na data da apuração; (**) Dados referente a safra 2019/20 na data da apuração; (***) Preços médios a valor de mercado na data da apuração do valor justo da cultura. Os saldos de ativos biológicos estão substancialmente representados pelos gastos incorridos com a formação da safra tais como: sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, depreciações e mão de obra aplicada nas culturas até o ponto de colheita, quando então são ajustados pelo seu valor justo. Para a determinação do valor justo dos ativos biológicos a Companhia adota a técnica de avaliação de preços observáveis ("Nível 3"). As culturas de soja, milho e algodão ocorrem, normalmente, nos seguintes períodos:														
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Unidade</th> <th>Localização</th> <th>Soja</th> <th>Algodão</th> <th>Milho</th> </tr> </thead> </table>				Unidade	Localização	Soja	Algodão	Milho					
Unidade	Localização	Soja	Algodão	Milho										
Fazenda Paladino	São Desidério - BA	01/11 a 30/04	01/12 a 30/08	01/12 a 15/12										
Fazenda Perdizes	Porto dos Gaúchos - MT	20/09 a 15/03	20/12 a 30/08	01/02 a 10/07										
(a) área plantada refere-se a lavouras de pesquisa. No quadro abaixo apresentamos a área plantada do ano-safra 2020/21 comparativa com a safra 2019/20:														
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Culturas</th> <th>Área</th> <th>Área plantada 2020/21</th> <th>Área plantada 2019/20</th> </tr> </thead> </table>				Culturas	Área	Área plantada 2020/21	Área plantada 2019/20						
Culturas	Área	Área plantada 2020/21	Área plantada 2019/20											
Algodão.....	ha	13.270	17.310											
Soja.....	ha	24.870	25.192											
Milho.....	ha	8.214	4.530											
Outras culturas (*).....	ha	1.152	-											
		47.506	47.032											
(*) Outras culturas compreende a cultura brachiária e pecuária permanente. Para o ano-safra 2021/22 está prevista a seguinte área:														
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Culturas</th> <th>Área</th> <th>Área planejada 2021/22</th> </tr> </thead> </table>				Culturas	Área	Área planejada 2021/22							
Culturas	Área	Área planejada 2021/22												
Algodão.....	ha	15.724												
Soja.....	ha	23.574												
Milho.....	ha	6.133												
Outras culturas.....	ha	2.542												
		47.973												
(**) Compreende cultura da soja e soja semente. b) Ativo biológico - rebanhos: A Companhia, por meio de sua controladora Fazendas Perdizes, introduziu a partir da safra 2019/20 o projeto de Integração Lavoura Pecuária - ILP. Este sistema tem como objetivo otimizar o uso do solo, nos locais em que só é possível realizar uma safra (soja), utilizando o rebanho como segunda safra. A partir da safra 2020/21, além da ILP, a Companhia manterá plantel de rebanho bovino permanente em áreas específicas para rebanho. O valor justo do rebanho bovino é calculado através do valor de mercado, em virtude da existência de mercado ativo. O ganho ou perda, na variação do valor justo dos ativos biológicos é reconhecido no resultado no exercício em que ocorre. A Companhia considerou os preços praticados no mercado de gado nas regiões considerando o mercado principal, e através das métricas utilizadas no mercado. Desta forma a mensuração é baseada na arroba, na raça e faixa etária. Em 31/12/2021 o ativo biológico rebanho bovino está representado conforme abaixo:														
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Controladora</th> <th colspan="3">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2021</th> <th>31/12/2020</th> <th>31/12/2021</th> <th>31/12/2020</th> </tr> </thead> </table>				Controladora	Consolidado			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		
Controladora	Consolidado													
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020											
Saldos em 31 de dezembro de 2020.....	5.081	-	-	-										
Custo com aquisições e tratos rebanho bovino.....	1.672	-	-	-										
Variação do ajuste a valor justo (*).....	5.013	-	-	-										
Realização venda/baixas.....	(2.226)	-	-	-										
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.540	-	-	-										
Ativo biológico - rebanho.....	5.455	-	-	-										
Ativo biológico rebanho - ajuste ao valor justo.....	4.085	-	-	-										
(*) Efeito do ativo biológico na demonstração do resultado do exercício.														
8. Tributos a recuperar														
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Controladora</th> <th colspan="3">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2021</th> <th>31/12/2020</th> <th>31/12/2021</th> <th>31/12/2020</th> </tr> </thead> </table>				Controladora	Consolidado			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		
Controladora	Consolidado													
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020											
Imposto de renda.....	355	-	819	156										
Contribuição social.....	-	-	89	10										
ICMS.....	20.624	15.645	30.338	25.347										
COFINS.....	3.190	3.212	10.820	9.775										
PIS.....	687	700	2.255	1.958										
IRRF.....	253	1.234	320	1.313										
Contribuição previdenciária.....	3.031	-	3.031	-										
Outros.....	440	2	833	51										
Total	28.580	20.793	48.505	38.610										
Parcela classificada no ativo circulante.....	21.998	2.685	26.040	6.817										
Parcela classificada no ativo não circulante.....	6.582	18.108	22.466	31.793										
Imposto de renda e contribuição social: Corresponde às antecipações de imposto de renda e contribuição social, os quais serão realizados mediante a compensação com impostos e contribuições federais, ICMS, PIS e COFINS a compensar/recuperar. Referem-se a créditos gerados nas operações normais da Companhia e de sua controladora, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza. A estimativa de realização dos impostos sobre as vendas ICMS, PIS e COFINS é avaliada pela administração com base em projeções estimadas de vendas de produtos agrícolas, comercialização de créditos tributários de ICMS e compensação/ressarcimento de PIS e COFINS com outros impostos gerados pela operação da Companhia, sendo apresentada abaixo. Em 31 de dezembro de 2021 a provisão constituída referente a créditos tributários de ICMS cuja perda é estimada pela não realização totalizou R\$ 455 (R\$1.105 em 31 de dezembro de 2020). A estimativa de recuperação dos créditos de ICMS foi baseada na projeção de débitos de ICMS e nas transferências de créditos de ICMS a terceiros. O valor foi registrado em "outras despesas operacionais" na demonstração do resultado.														
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Controladora</th> <th colspan="3">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>ICMS</th> <th>COFINS</th> <th>PIS</th> <th>ICMS</th> <th>COFINS</th> <th>PIS</th> </tr> </thead> </table>				Controladora	Consolidado			ICMS	COFINS	PIS	ICMS	COFINS	PIS
Controladora	Consolidado													
ICMS	COFINS	PIS	ICMS	COFINS	PIS									
em até 1 ano.....	2.116	590	133	2.479	2.795									
de 1 ano a 2 anos.....	8.837	-	-	13.281	3.877									
de 2 anos a 3 anos.....	1.162	-	-	5.607	-									
acima de 3 anos.....	8.509	2.600	554	8.971	4.148									
	20.624	3.190	687	30.338	10.820									

Continuação Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Table with 5 columns: Modalidade, Rendimentos, Controladora (31/12/2021, 31/12/2020), Consolidado (31/12/2021, 31/12/2020)

(*) Rendimento médio em 31 de dezembro de 2021.

As operações financeiras contratadas pela Companhia estão representadas por aplicação em certificados de depósitos bancários, a preços e taxas de mercado, atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data de 31 de dezembro de 2021, não excedendo o valor de negociação.

6. Tributos sobre o lucro

Foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos na Controladora e Consolidado, conforme apresentados a seguir:

Table with 6 columns: Descrição, Controladora (31/12/2021, 31/12/2020), Consolidado (31/12/2021, 31/12/2020)

Table with 6 columns: Descrição, Controladora (31/12/2021, 31/12/2020), Consolidado (31/12/2021, 31/12/2020)

Table with 6 columns: Descrição, Controladora (31/12/2021, 31/12/2020), Consolidado (31/12/2021, 31/12/2020)

Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais: O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais desses tributos, estão reconciliados para o valor registrado como despesa de imposto de renda e contribuição social como segue:

Table with 6 columns: Descrição, Fazenda Planeste Emp. Agr. Ltda., Fazenda Piratini Emp. Agr. Ltda., Fazenda Panorama Emp. Agr. Ltda., Fazenda Palmeira Emp. Agr. Ltda., 31/12/2021, 31/12/2020

8. Propriedade para investimento

Table with 4 columns: Descrição, Controladora (Saldo em 31/12/2020, Adições), Consolidado (Saldo em 31/12/2020, Adições)

(*) Em 31 de dezembro 2021 o valor de aquisição de terras no montante de R\$27.082 está substancialmente representado por desenvolvimento de área (primeira aplicação de corretivos com a finalidade de tornar a área própria para cultivo).

Table with 6 columns: Descrição, Controladora (Valor contábil, Fluxo de caixa contratual), Consolidado (Valor contábil, Fluxo de caixa contratual)

b) Risco de liquidez: É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Controladora

Table with 4 columns: Descrição, Valor contábil, Fluxo de caixa contratual, Até 1 ano

c) Risco de taxa de juros: Os resultados da Companhia são suscetíveis a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que potencialmente diminuem as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras.

Table with 4 columns: Descrição, Controladora (31/12/2021, 31/12/2020), Consolidado (31/12/2021, 31/12/2020)

Table with 4 columns: Descrição, Controladora (31/12/2021, 31/12/2020), Consolidado (31/12/2021, 31/12/2020)

Resultado antes dos impostos Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente

Table with 4 columns: Descrição, Controladora (31/12/2021, 31/12/2020), Consolidado (31/12/2021, 31/12/2020)

Table with 4 columns: Descrição, Controladora (31/12/2021, 31/12/2020), Consolidado (31/12/2021, 31/12/2020)

Investimentos em controladas Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas (*)

(*) O saldo em 31 de dezembro de 2021 é composto por valores adiantados à Fazenda Piratini Emp. Agr. Ltda., no montante de R\$ 7.000, e Fazenda Palmeira Emp. Agr. Ltda., no montante de R\$ 12.800.

Table with 6 columns: Descrição, Fazenda Planeste Emp. Agr. Ltda., Fazenda Piratini Emp. Agr. Ltda., Fazenda Panorama Emp. Agr. Ltda., Fazenda Palmeira Emp. Agr. Ltda., 31/12/2021, 31/12/2020

Table with 6 columns: Descrição, Controladora (Saldo em 31/12/2020, Adições), Consolidado (Saldo em 31/12/2020, Adições)

por esse motivo variações no valor justo das propriedades para investimento não são reconhecidas nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2021, de acordo com o laudo de avaliação realizado por especialistas, o valor justo das terras classificadas como propriedades para investimento no Consolidado é de R\$ 1.794.720.

9. Partes relacionadas

Table with 6 columns: Descrição, Controladora (Valor contábil, Valor Justo), Consolidado (Valor contábil, Valor Justo)

Dividas em Reais Taxa de Saldo em Queda de 50% de 25% Provável de 25% de 50%

Table with 6 columns: Descrição, Controladora (31/12/2021, 31/12/2020), Consolidado (31/12/2021, 31/12/2020)

Despesas por natureza Despesas por função Despesas gerais e administrativas

Table with 4 columns: Descrição, Controladora (31/12/2021, 31/12/2020), Consolidado (31/12/2021, 31/12/2020)

terras, instalações e demais bens pelo arrendador para que o arrendatário explore a atividade agrícola através do cultivo de algodão, soja, milho e sorgo em contraprestação a um valor a título de preço de arrendamento.

Pró-labore Encargos Gratificações e outros benefícios

A Companhia não oferece benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo a seus administradores.

10. Patrimônio líquido

Table with 4 columns: Descrição, Controladora e Consolidado (31/12/2021, 31/12/2020)

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito, no valor de R\$202.993 está representado por 160.775.636 ações ordinárias e totalmente integralizado.

b) Ações ordinárias: SLC Investimentos Agrícolas Ltda Buniti 1 SARL* Valiance Farmland*

c) Ações preferenciais: As ações preferenciais têm os mesmos direitos sobre os ativos líquidos residuais do Grupo, assim como as ações ordinárias. Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou apenas resgatáveis à escolha do Grupo, e os dividendos são discricionários.

d) Reservas de lucro: Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

e) Reserva de lucros: Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

f) Ajuste de avaliação patrimonial: Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são decorrentes do custo atribuído às propriedades para investimento, deduzido dos impostos incidentes.

Lucro líquido do exercício Total de ações Média ponderada de ações

11. Instrumentos financeiros

Table with 6 columns: Descrição, Controladora (Valor contábil, Valor justo), Consolidado (Valor contábil, Valor justo)

Depreciação e amortização Despesas com pessoal Outras despesas


14. Resultado financeiro

Table with 4 columns: Descrição, Controladora (31/12/2021, 31/12/2020), Consolidado (31/12/2021, 31/12/2020)

15. Cobertura de seguros

O detalhamento dos seguros contratados e as coberturas são demonstrados como segue: Natureza Cobertura Responsabilidade civil de administradores

Table with 4 columns: Descrição, Controladora (31/12/2021, 31/12/2020), Consolidado (31/12/2021, 31/12/2020)

Continuação			
Conselho de Administração			
Eduardo Silva Logemann Presidente do Conselho de Administração	Jan Mark Angele Pensaert Vice-Presidente do Conselho de Administração	Aurélio Pavinato Conselheiro	Verner Tiede Conselheiro Independente
Diretoria			
Aurélio Pavinato Diretor Executivo	Álvaro Luiz Dilli Gonçalves Diretor		Aline Antunes e Silva Contadora CRC MA - 010576/O-0
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas			
<p>Aos Diretores e Acionistas da SLC Lando Empreendimentos Agrícolas S.A. Porto Alegre/RS</p> <p>Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SLC Lando Empreendimentos Agrícolas S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.</p> <p>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.</p> <p style="text-align: right;">Porto Alegre, 28 de março de 2022.</p> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="text-align: center;">  <p>ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/F-7</p> </div> <div style="text-align: right;"> <p>Guilherme Ghidini Neto Contador CRC-RS 067795/O-5</p> </div> </div>			

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

-  agencias@jornaldocomercio.com.br
-  comercial@jornaldocomercio.com.br
-  **(51) 3213-1333 / 3213-1338**
-  **(51) 99649-0062**



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

VENTOS DO SUL ENERGIA S/A - CNPJ 06.016.348/0001-53 - NIRE 43 3 0004554 4

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 - (Em milhares de reais - R\$)				DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 - (Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	2021	2020	Nota	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do Exercício		77.058	65.781				236.299	201.926
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PAGOS	9	(35.317)	(29.290)	231.998
Imposto de renda e Contribuição social	9	40.014	33.851	Pagamento de juros		(10.665)	(10.158)	4.301
Crédito de PIS e COFINS		(1.437)	(1.453)	CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		111.909	57.179	56.158
Juros sobre a dívida	19	19.196	13.958	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				50.113
Despesas (Receitas) Financeiras	19	-	309	Aquisição de imobilizado	10	(463)	(82)	6.045
Despesas Financeiras com Desmobilização	19	210	221	CAIXA LÍQUIDO APLICADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(463)	(82)	180.141
Despesas Finan. Arrendamento	19	374	307	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				20.299
Depreciação Arrendamento		148	150	Pagamento de Arrendamentos		(428)	(389)	1.595
Amortização Desmobilização		548	439	Pagamento de debentures	12	(48.060)	(43.988)	1.595
Depreciação e amortização	10	19.604	19.365	Comissionamento		539	575	161.437
		155.715	132.928	Pagamento de dividendos	15 c	(65.781)	(4.726)	161.437
Variáveis nos ativos e passivos operacionais:				Aplicações financeiras vinculadas		(7.961)	(20.273)	61.354
Aplicações financeiras				CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(121.691)	(68.801)	23.025
Contas a receber de clientes	6	(13.234)	632	DF		(10.245)	(11.704)	20.676
Impostos a recuperar	7	4.480	1.269	DEMONSTRAÇÃO DO REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				38.529
Despesas antecipadas		32	(254)	Caixa e equivalentes de caixa no início do Exercício	5	22.240	33.944	38.529
Outros Créditos		35	55	Caixa e equivalentes de caixa no fim do Exercício	5	11.995	22.240	161.437
Fornecedores		236	71					135.466
Contas a pagar - Eletrobras	11	20.540	(36.136)					
Impostos a recolher		(7.212)	75					
Partes Relacionadas	21.1	(3.106)	(2.295)					
Outras obrigações		405	282					
Caixa gerado pelas atividades operacionais		157.891	96.627					

As notas explicativas são parte integrante das Informações Demonstrações Financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das Informações Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 - (Em milhares de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS: 1.1. Contexto Operacional: A Ventos do Sul Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, categoria B, código de registro na CVM 24767, concedido em 12/09/2019, com sede e foro na Av. Carlos Gomes, 222 - Sala 701, cidade de Porto Alegre/RS, que em 9 de maio de 2005, através de transformação do tipo jurídico de sociedade limitada para sociedade anônima, sucedeu a empresa Enerfin do Brasil - Produtora de Energia Ltda., constituída em 30 de setembro de 2003. A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda. (Rio Sul 1), que detém 90% das ações da companhia. A Rio Sul 1 é uma controlada da Rio Grande Energias Renováveis Ltda. (RGER), a qual detém 100% do seu capital social. Já a RGER, é uma subsidiária da Enerfin Eneventos Exterior S.L.U., a qual detém 100% do seu capital social e possui a Enerfin Sociedad de Energia S.L.U. como acionista controlador. A Elecnor S/A detém 100% do capital social de Enerfin Sociedad de Energia S.L.U. A Companhia apresenta a seguinte estrutura societária:

Ações	% de Participação
Rio Sul 1 Energia Ltda.	80%
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE - G	10%
Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda.	10%
	100%

A Companhia tem por objeto principal a geração de energia elétrica proveniente de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em concessionária de serviço público.

Habilitação	Contratos	Local de Geração: Município de Osório/RS
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico de Osório composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 29 de junho de 2006
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico de Sangradouro composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 30 de setembro de 2006
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico dos Índios composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 13 de dezembro de 2006

a) Licenças e autorizações: A Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, emitiu Declaração Online de Prorrogação de Licença Ambiental (LO) para a operação dos parques eólicos, indicando que o prazo de validade da Licença Ambiental, LO nº 2879/2020 é válido até 14/05/2025 o documento está disponível no site www.fepam.rs.gov.br. A Agência nacional de energia elétrica - ANEEL, publicou a resolução nº 692, de 17 de dezembro de 2020, autorizando a Companhia como produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação da central eólica, no município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de trinta anos, a contar da data de publicação do Diário Oficial da União em 18.12.2002, seção 1, p.72 v. 139, n. 244. **b) Contrato Proinfa:** O prazo do contrato de Compra e Venda de energia no âmbito do Proinfa firmado com a Eletrobrás é de 20 anos, encerrando-se em 2026. **c) Risco da Operação:** Se considerado os 14 anos de operação dos parques eólicos da Companhia (2007 a 2021), a geração média anual equivale a 381 MW, com uma velocidade média do mesmo período histórico superior de 6 m/s. Estes dados históricos revelam a maturidade do projeto e são indicativos de redução de risco da operação. **1.2. Continuidade Operacional:** A Companhia apresentou nas demonstrações financeiras o capital circulante líquido negativo no montante de R\$90.406 em 2021 (R\$71.749 em 31 de dezembro de 2020). Com base nas informações indicadas, a Administração avaliou a capacidade operacional da Companhia e entende que não há risco de liquidez, tendo em vista que a geração de fluxos de caixa futuros decorrente do contrato de fornecimento de energia será suficiente para quitar as obrigações das debêntures conforme cronograma estabelecido na Escritura de Emissão de Debêntures, bem como que a manutenção atual da gestão de seus ativos seja suficiente para dar continuidade a suas operações no futuro. Além disso, historicamente a companhia vem gerando recursos suficientes para arcar com todas as suas obrigações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade. **1.3. Impactos da COVID-19 nas demonstrações financeiras:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Durante o mesmo mês, as autoridades governamentais impuseram restrições com o objetivo de conter a disseminação do vírus. Estas medidas foram em sua grande maioria relacionadas a imposição do distanciamento social e trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores. Na gestão da operação dos parques estão sendo adotados todos os cuidados e restrições de sanitárias estabelecidos pelas autoridades governamentais, entretanto a companhia não observou impactos relevantes causados pela pandemia em suas operações, devido à natureza do seu negócio que está atrelada ao recurso eólico, que é a fonte para a geração de energia. Os ativos da companhia seguem em operação, apresentando uma taxa de disponibilidade superior a 99%, que indica a razão entre o tempo do ativo em funcionamento e o tempo total do período, mantendo o seu desempenho conforme o esperado e sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios e manter, com isso, sua continuidade operacional.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, sendo que tais políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 14 de fevereiro de 2022. **2.2. Moeda Funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **2.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber são avaliadas pelo montante original da venda, deduzida de provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.5. Imobilizado:** Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais, os custos com desmontagem e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, a partir da data de homologação dos ativos, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados, limitados ao prazo de autorização das usinas, quando aplicável. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **2.6. Provisão para desmobilização:** As provisões para desmontagem são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. São constituídas provisões desta natureza nos parques de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas futuras com a desmontagem, remoção dos equipamentos e recuperação da área para o seu estado original. Esta provisão é estimada com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos. **2.7. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** No fim de cada exercício, a Companhia avalia se existem indicativos de que o valor contábil de seus ativos sofreu alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver qualquer indicativo, é efetuada uma revisão do valor recuperável para determinar se existe perda de valor recuperável a serem registradas. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **2.8. Tributação:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **Impostos correntes:** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é ajustado por receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os im-

postos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. **2.9. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.10. Reconhecimento de receita:** A receita proveniente da venda de energia gerada é registrada com base no volume gerado no período e na tarifa especificada nos contratos de fornecimento. Os valores são faturados para os clientes de acordo com os volumes de energia contratados. A Companhia pode em certos períodos gerar energia em quantidade inferior ou superior àquela prevista nos seus contratos de fornecimento, para essa diferença é constituída uma obrigação, quando o volume gerado de energia for inferior a contratada, que é registrada na rubrica "Contas a pagar - Eletrobras" ou um direito, quando o volume de energia for superior a contratada, que é registrado na rubrica "contas a receber". O valor registrado na rubrica "Contas a pagar - Eletrobras" e "contas a receber" é devolvido ou recuperado no exercício seguinte em doze parcelas iguais, conforme estabelecido em contrato. **2.11. Ativos e passivos financeiros:** A Companhia adota os requerimentos do CPC 48 (IFRS 9) para seus ativos e passivos financeiros. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento, que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente, e considera o modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos e a análise dos fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outros títulos a pagar. **a) Custo amortizado:** Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos, debêntures e fornecedores. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. **b) Mensurados ao valor justo por meio de resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **2.11.1. Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.12. Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos. **2.13. Demonstração do Valor Adicionado:** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas na Deliberação do CMV nº557/08 e no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimento controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **2.14. Demonstração do fluxo de caixa:** Para a demonstração de fluxo de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia preparou a mesma pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração de Fluxo de Caixa. **2.15. Resultado por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias ("ON") e preferenciais ("PN") do acionista pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, nos termos do CPC 41. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais dos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluídas as ações em tesouraria, nos termos do CPC 41. **2.16. Segmento Operacional:** A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o de geração de energia elétrica gerada a partir de fonte renovável eólica, por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia. **2.17. Contratos de arrendamento ("leasing"):** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual. **(a) Direito de uso de arrendamentos:** Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável ("impairment"). Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. **(b) Arrendamentos a pagar:** Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direito de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS: O International Accounting Standards Board (IASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram revisões às normas existentes, sendo elas: a) Pronunciamentos já emitidos, mas que ainda não entraram em vigência e que ainda não foram adotados pela Companhia: (I) IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros, (II) Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes, (III) Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Referência à Estrutura Conceitual, (IV) Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido, (V) Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato, (VI) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 27 (R1), CPC 43 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura, (VII) Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis, (VIII) Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis, (IX) Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction"). A Companhia avaliou previamente os novos pronunciamentos mencionados acima e não identificou impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS: Na aplicação das políticas contábeis da Companhia a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. **4.1. Principais julgamentos e fontes incertezas nas estimativas:** A seguir, são apresentadas os principais julgamentos e premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício. **4.1.1. Vida útil dos bens do imobilizado:** A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício. No exercício de 2015, a Administração efetuou um estudo da vida útil estimada dos bens do imobilizado e com base nos resultados encontrados, alterou a vida útil dos Aerogeradores e Infraestruturas, aumentando de 20 para 30 anos, limitado ao prazo de autorização das usinas, quando aplicável. **4.1.2. Avaliação de instrumentos financeiros:** Conforme descrito na nota explicativa nº 13, a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 13 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros. **4.1.3. Desmobilização de Ativos - Custos de Desmontagem:** A Companhia constituiu provisão de desmobilização de ativos, para atender obrigações dos contratos de arrendamento de terrenos, que determinam a retirada dos aerogeradores ao final do contrato. Para mensurar a constituição da provisão foram estimados a valor presente os custos de desmontagem, remoção dos itens e restauração do terreno, considerando os prazos dos respectivos contratos de arrendamento de terreno, bem como taxa de desconto, conforme descrito na nota explicativa nº 10.3. A adoção das referidas premissas e estimativas, estão sujeitas a um maior grau de incertezas, o que pode resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes. **4.1.4. Estimativa da taxa incremental de arrendamentos:** Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia efetua o cálculo da taxa incremental tomando como base o custo dos encargos sobre empréstimos em condições semelhantes de aquisição em ambiente econômico similar.

Continua >>>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 - (Em milhares de reais - R\$)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

	2021	2020
Saldo de caixa e bancos	61	167
Aplicações financeiras	11.934	22.073
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	11.995	22.240

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Rentabilidade	2021	2020
Banco do Brasil	BB RF LP Corp	Indefinido	106,34 % do CDI a.a.	31	30
Banco Itaú	ITAU APLIC AUT MAIS	Indefinido	114,33% do CDI a.a.	11.903	22.043
				11.934	22.073

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES: Estão demonstrados os valores a receber relativamente ao fornecimento de energia, conforme contrato firmado com a Eletrobrás.

	2021	2020
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás S.A.	31.621	18.387

A administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2021.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR: Refere-se aos valores retidos na fonte sobre recebimentos da Eletrobrás e sobre os rendimentos de aplicação financeira, bem como, os relativos à apropriação de

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS: Conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, foi constituída em garantia, Conta Reserva vinculada ao Contrato de Emissão de Debêntures equivalente ao valor da amortização semestral das debêntures. As aplicações financeiras correspondem a quotas do fundo "ITAU TOP DI FIC R" mantidas no Banco Itaú, acrescidas dos rendimentos auferidos até o encerramento do período. Os fundos têm como meta remunerar o investimento à variação do CDI. As aplicações derivadas destas contas-correntes estão segregadas e apresentadas no ativo não circulante:

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Rentabilidade	2021	2020
Banco ITAU BBA	ITAU TOP DI FIC R	Indefinido	114,33 do CDI % a.a.	34.155	26.194

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **a) Impostos Correntes:** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é ajustado por receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente:

	2021	2020
Reconciliação do IR/CS - Lucro Real	116.736	99.632
Resultado antes dos tributos	34%	34%
Alíquota combinada de impostos	(39.690)	(33.875)
Despesa fiscal à alíquota combinada	12	24
Diferenças permanentes líquidas	(39.678)	(33.851)
Imposto de renda e contribuição social	(40.014)	(34.151)
Corrente	336	300
Diferido	(39.678)	(33.851)
Total	(39.678)	(33.851)
Alíquota efetiva	(34%)	(34%)

10. IMOBILIZADO: O ativo immobilizado, está segregado entre Administração Central e Operação do Sistema:

	Taxas anuais de depreciação e amortização %	2021		2020	
		Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	Líquido
Administração central:					
Computadores	20%	833	(763)	70	92
Máquinas e equipamentos	10%	1.882	(962)	920	623
Móveis e utensílios	10%	823	(751)	72	101
Instalações	10%	300	(177)	123	149
Veículos	20%	129	(116)	13	39
Operação do sistema:					
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,81%	84.874	(44.940)	39.934	42.598
Máquinas e equipamentos	3,11%	599.605	(377.563)	222.042	237.276
Desmobilização		6.878	(1.107)	5.771	8.772
		695.324	(426.379)	268.945	289.650

	Edificações, Obras Civis e Benfeitorias e Outros		Máquinas e Equipamentos		Total
	2021	2020	2021	2020	
Saldo em 31/12/2019	46.416	259.769	306.185	306.185	306.185
Adições	82	-	82	82	82
Desmobilização	-	1.750	1.750	1.750	1.750
Outros (crédito PIS/COFINS)	-	1.437	1.437	1.437	1.437
Amortização Desmobilização	-	(439)	(439)	(439)	(439)
Depreciação do exercício	(2.895)	(16.470)	(19.365)	(19.365)	(19.365)
Saldo em 31/12/2021	43.603	246.047	289.650	289.650	289.650
Adições	463	-	463	463	463
Baixa Desmobilização	-	(2.453)	(2.453)	(2.453)	(2.453)
Outros (crédito PIS/COFINS)	-	1.437	1.437	1.437	1.437
Amortização Desmobilização	-	(548)	(548)	(548)	(548)
Depreciação do exercício	(2.934)	(16.670)	(19.604)	(19.604)	(19.604)
Saldo em 31/12/2021	41.132	227.813	268.945	268.945	268.945

10.1. Ativos cedidos em garantia: Os Aerogeradores que compõem máquinas e equipamentos, com valor residual contábil de R\$227.813 (R\$246.047 em 2020) foram cedidos em garantia em favor dos Debenturistas. A Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos/financiamentos ou vendê-los. **10.2. Perdas pela não recuperabilidade de immobilizado ("impairment"):** A Companhia avalia a cada data de apresentação os bens do immobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Não há quaisquer indicadores identificados que possam resultar na redução do valor recuperável dos seus ativos em 31 de dezembro de 2021. A Companhia possui contrato de O&M com o fornecedor dos aerogeradores, que compreende a manutenção preventiva e corretiva. Este contrato possibilita o acompanhamento contínuo dos equipamentos, e estabelece uma disponibilidade média de 97% dos aerogeradores. Os resultados obtidos, 99,38% em 2021 e 99,06% em 2020, 98,7% em 2019, indicam que as máquinas mantem ou superam, após 14 anos de produção, a mesma disponibilidade do início da operação. **10.3. Desmobilização de Ativos:** A Companhia possui contratos de arrendamentos de terreno, que entre outras obrigações determinam a retirada dos aerogeradores ao final do prazo de contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu a provisão de desmobilização de ativos, para fazer frente às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmobilização e remoção dos itens e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27. Em 31 de dezembro 2021, o saldo passivo da provisão para desmobilização de ativos totaliza R\$7.530 (R\$9.773 em 2020).

11. CONTAS A PAGAR - ELETROBRÁS

	2021	2020
Contas a pagar - Eletrobrás	39.047	18.507

Conforme Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado com a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, o somatório das diferenças mensais apuradas durante o ano, período de 12 meses começando em janeiro e terminando em dezembro, será compensado nos pagamentos do ano subsequente. O contrato, estabeleça que a parcela do ajuste será calculada pela diferença entre o produto da energia gerada no ano anterior, referida ao centro de gravidade, pelo preço ajustado pela curva do fator de capacidade e o produto da contratada no ano anterior pelo preço unitário definido no contrato, rateada igualmente pelos 12 meses do ano subsequente.

12. DEBÊNTURES: A Companhia realizou em 21/10/2019 sua 1ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, para distribuição pública, totalmente destinados à liquidação integral de todo e qualquer passivo financeiro da Companhia, sendo a diferença positiva destinada à recomposição do caixa da Companhia para condução das atividades da Companhia. O valor total captado foi de R\$325.000 e o recurso entrou na Companhia no dia 30 de outubro de 2019. Foram emitidas 325.000 (trezentas e vinte e cinco mil) Debêntures, sendo 227.000 (duzentas e vinte e sete mil) Debêntures da Primeira Série, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI + 0,75% ao ano, e 98.000 (noventa e oito mil) Debêntures da Segunda Série com juros remuneratórios correspondentes a IPCA + 3,25% ao ano. A amortização das debêntures e o pagamento de juros remuneratórios, ocorrerão semestralmente nos meses de dezembro e junho, sendo que a primeira amortização ocorreu em dezembro de 2019. Em dezembro de 2021 foi efetivada a quinta amortização de debentures. Abaixo é demonstrado a abertura e movimentação das debêntures:

Emissão	Taxas de Juros	Vencimento	Abertura e Saldos das Debêntures		Total
			Custo a apropriar	Saldo de Principal	
1ª Emissão - 1ª Série	CDI + 0,75%	31/12/2025	R\$ 227.000	(642)	148.073
1ª Emissão - 2ª Série	IPCA + 3,25%	31/12/2025	R\$ 98.000	(1.380)	71.541
			R\$ 325.000	(2.022)	219.614
			2021	2020	
			50.535	51.303	
			167.838	206.060	
			218.373	257.363	

12.1. Vencimento das parcelas de longo prazo: A Companhia classifica suas debêntures como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Valor
2023	53.069
2024	56.471
2025	58.298
Total Passivo não Circulante	167.838

12.2. Mutação das debêntures

	2021	2020
Saldo inicial - 31/12/2019	296.977	13.958
Juros Incorridos	(43.988)	(43.988)
Amortização de debêntures	(10.158)	(10.158)
Custo de Captação a apropriar	257.363	257.363
Saldo final - 31/12/2020	196.196	(48.060)
Amortização de debêntures	(10.665)	(10.665)
Custo de Captação a apropriar	539	539
Saldo final - 31/12/2021	218.373	218.373

12.3. Cláusulas contratuais restritivas - "covenants": A Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual a partir do exercício social encerrado em 2020, bem como outras condições restritivas a serem observadas, tais como: i) transformação da forma societária da Companhia de modo que deixe de ser uma sociedade por ações; ii) celebração de contratos de mútuo pela Companhia, nos quais a Companhia figure na qualidade de mutuante, sem a prévia anuência dos Debenturistas; iii) distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela Companhia, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios caso: (a) a Companhia esteja inadimplente com qualquer das obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão e/ou Contrato de Garantia; e/ou (b) a Companhia não esteja cumprindo o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos).

iv) cisão, fusão, incorporação, aquisição, constituição ou qualquer forma de reorganização societária que implique (a) alteração de controle da Companhia e/ou dos Acionistas, bem como (b) a participação da Companhia em outras sociedades, para a qual não tenha sido obtida a prévia e expressa anuência dos Debenturistas; v) qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia, de forma direta ou indireta, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures, bem como penalidades perante os órgãos reguladores. Em 31/12/2021 a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas de seus contratos.

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: 13.1. Gestão do risco de capital: A Companhia administra seu capital, para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (Debêntures conforme nota explicativa nº 12, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 16).

13.1.1. Índice de endividamento: O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	2021	2020
Dívida (a)	218.373	257.363
Caixa, Equivalentes e Aplicações Vinculadas (b)	46.150	48.434
Dívida líquida	172.223	208.929
Patrimônio líquido (c)	39.686	34.047
Índice de endividamento líquido	4,34	6,14

(a) A dívida é definida como empréstimos e debêntures de curto e longo prazos, conforme detalhado na nota explicativa nº 12. (b) O valor é composto de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital. 13.2. Categorias e apuração do valor justo de instrumentos financeiros: Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros, de acordo com a CVM 699 e o CPC 46 que trata da Mensuração do Valor Justo:

Ativos Financeiros	Nível	2021		2020	
		Valor contábil e valor justo	Valor contábil e valor justo	Valor contábil e valor justo	Valor contábil e valor justo
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e Equivalente de Caixa	2	11.995	22.240	11.995	22.240
Aplicações financeiras vinculadas	2	34.155	26.194	34.155	26.194
Custo Amortizado					
Contas a Receber Geração de Energia - Total dos ativos financeiros		31.621	18.387	31.621	18.387
Passivos Financeiros		77.771	66.821	77.771	66.821
Custo amortizado					
Fornecedores	-	1.370	1.134	1.370	1.134
Contas a pagar - Eletrobras	-	39.047	18.507	39.047	18.507
Partes Relacionadas e dividendos	-	40.101	37.583	40.101	37.583
Debêntures	-	218.373	257.363	218.373	257.363
Outras obrigações	-	905	500	905	500
Total dos passivos financeiros	-	299.796	315.073	299.796	315.073

Os três níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir: • Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. • Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo. • Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado. A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. Não é prática da Companhia contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. a) Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar o montante em valor confiável. b) A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. 13.3. Risco de Liquidez: A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

13.4. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de que mudanças no mercado, como mudanças nas taxas de câmbio, nas taxas de juros e de preços irão afetar as receitas da Companhia valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo da Administração dos riscos de mercado é controlar as exposições aos riscos de mercado em parâmetros aceitáveis, otimizando seu retorno. **13.5. Gestão do risco de taxa de câmbio:** A Companhia não possui transações em moeda estrangeira, consequentemente, não tem exposições às variações nas taxas de câmbio. **13.6. Gestão do risco de taxa de juros e índices flutuantes:** A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros e a índices flutuantes relacionados às variações da taxa IPCA e DI aplicáveis às suas debêntures e aplicações financeiras. A exposição da Companhia às taxas de juros e índices flutuantes de ativos e passivos financeiros está detalhada no item de gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa. **13.7. Gestão do risco de crédito:** As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas ao contrato com a Eletrobrás, que estabelece um prazo de 20 anos contratuais e encerra-se em 2026.

13.8. Análise de sensibilidade: Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e debêntures com taxas de juros variáveis, atreladas principalmente ao CDI e IPCA. Dessa forma, a Companhia fica exposta às taxas de juros básicas que tem sofrido forte volatilidade no último ano em função do cenário econômico recente. A Administração da Companhia não tem conhecimento de fatos que tenham ou possam vir a ter impactos significativos neste índice de forma a afetar os resultados da Companhia. Um aumento ou redução na taxa básica de juros e IPCA ao pessoal chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração dos prováveis impactos. Sendo assim, se as taxas de juros fossem 50% mais altas/baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, a Companhia teria o seguinte efeito no lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Risco	Instrumentos	Variação de 50%
Baixa do CDI	Ativo Financeiro	
	Aplicações Financeiras:	34.155
	Taxa anual estimada do CDI para 2022 - Efeito anual nas aplicações financeiras	9,52%
Alta do CDI	Passivo Financeiro	
	Debêntures Série 1	148.103
	Taxa anual estimada de CDI + 0,75% - Efeito anual nas Debêntures	10,27%
Alta do IPCA	Passivo Financeiro	
	Debêntures Série 2	70.270
	Taxa anual estimada de IPCA + 3,25% - Efeito anual nas Debêntures	8,15%

13.9. Risco de escassez de vento: Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados benéficos, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências. **13.10. Riscos regulatórios:** As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

14. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS: 14.1. Direito de uso de ativos e Passivos de arrendamentos: Conforme indica o IFRS16/CPC 06, "arrendamento é o contrato, ou parte do contrato, que transfere o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período de tempo em troca de contraprestação". Em observância ao IFRS 16/CPC 06, a Companhia analisou todos os contratos de arrendamentos, e verificou que existem contratos de arrendamentos com valores fixos, e concluiu que os contratos se enquadram no IFRS16/CPC06. A Companhia tomou por base a taxa de desconto de 11,00%, aplicável aos contratos fixos de arrendamento no Brasil.

Terrenos	2021		2020	
	Depreciação	Custo	Valor líquido	Valor líquido
Contrato de Locação Até 2040	735	(100)	635	615
Contrato de Locação Até 2041	863	(87)	776	636
Contrato de Locação Até 2042	1.085	(116)	969	797
Contrato de Locação Até 2045	789	(86)	703	674
	3.472	(389)	3.083	2.722

A mutação do direito de uso de arrendamento está apresentada a seguir:

	2021	2020
Ativos de Direito de Uso		
Saldo em 31/12/2019	2.130	742
Adição	742	742
Depreciação	(150)	(150)
Saldo em 31/12/2020	2.722	1.484
Adição	509	509
Depreciação	(148)	(148)
Saldo em 31/12/2021	3.083	3.083

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31/12/2019	93	2.231	2.324
Adição Inicial	-	74	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 - (Em milhares de reais - R\$)																																																																																																																																																															
<p>20. RESULTADO POR AÇÃO: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a quantidade das ações do exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a quantidade das ações no respectivo período, considerando os efeitos diluídos. Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41, equivalente à IAS 33 - Resultado por Ação.</p>																																																																																																																																																															
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Resultado básico por ação</th> <th>2021</th> <th>2020</th> <th colspan="7"></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Numerador</td> <td></td> <td></td> <td colspan="7"></td> </tr> <tr> <td>Lucro disponível aos acionistas</td> <td>77.058</td> <td>65.781</td> <td colspan="7"></td> </tr> <tr> <td>Denominador</td> <td></td> <td></td> <td colspan="7"></td> </tr> <tr> <td>Número de Ações</td> <td>140.964</td> <td>140.964</td> <td colspan="7"></td> </tr> <tr> <td>Lucro por ação - básico</td> <td>0,55</td> <td>0,47</td> <td colspan="7"></td> </tr> <tr> <td>Resultado diluído por ação</td> <td></td> <td></td> <td colspan="7"></td> </tr> <tr> <td>Numerador</td> <td></td> <td></td> <td colspan="7"></td> </tr> <tr> <td>Lucro disponível aos acionistas</td> <td>77.058</td> <td>65.781</td> <td colspan="7"></td> </tr> <tr> <td>Denominador</td> <td></td> <td></td> <td colspan="7"></td> </tr> <tr> <td>Número de Ações</td> <td>140.964</td> <td>140.964</td> <td colspan="7"></td> </tr> <tr> <td>Lucro por ação - diluído</td> <td>0,55</td> <td>0,47</td> <td colspan="7"></td> </tr> </tbody> </table>										Resultado básico por ação	2021	2020								Numerador										Lucro disponível aos acionistas	77.058	65.781								Denominador										Número de Ações	140.964	140.964								Lucro por ação - básico	0,55	0,47								Resultado diluído por ação										Numerador										Lucro disponível aos acionistas	77.058	65.781								Denominador										Número de Ações	140.964	140.964								Lucro por ação - diluído	0,55	0,47																																					
Resultado básico por ação	2021	2020																																																																																																																																																													
Numerador																																																																																																																																																															
Lucro disponível aos acionistas	77.058	65.781																																																																																																																																																													
Denominador																																																																																																																																																															
Número de Ações	140.964	140.964																																																																																																																																																													
Lucro por ação - básico	0,55	0,47																																																																																																																																																													
Resultado diluído por ação																																																																																																																																																															
Numerador																																																																																																																																																															
Lucro disponível aos acionistas	77.058	65.781																																																																																																																																																													
Denominador																																																																																																																																																															
Número de Ações	140.964	140.964																																																																																																																																																													
Lucro por ação - diluído	0,55	0,47																																																																																																																																																													
<p>21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda. com 80% das ações, a Wobben Windpower Ind. e Com. Ltda possui participação indireta com 10% das ações e a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE GT com participação indireta de 10% das ações. A Companhia possui contratos de prestação de serviços relacionados a operação e gestão dos parques eólicos.</p>																																																																																																																																																															
<p>21.1. Transações comerciais</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Valores a pagar para partes relacionadas</th> <th>2021</th> <th>2020</th> <th colspan="6"></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">Passivo (a)</td> <td></td> <td></td> <td colspan="6"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Circulante</td> <td></td> <td></td> <td colspan="6"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Fornecedores</td> <td></td> <td></td> <td colspan="6"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Wobben Windpower</td> <td></td> <td></td> <td>-</td> <td>1.746</td> <td colspan="4"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Elecnor do Brasil Ltda</td> <td></td> <td></td> <td>132</td> <td>119</td> <td colspan="4"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda.</td> <td></td> <td></td> <td>1.440</td> <td>2.813</td> <td colspan="4"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Totais</td> <td></td> <td></td> <td>1.572</td> <td>4.678</td> <td colspan="4"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Resultado</td> <td></td> <td></td> <td>2021</td> <td>2020</td> <td colspan="4"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Custo da Operação</td> <td></td> <td></td> <td colspan="6"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Aquisição de Serviços</td> <td></td> <td></td> <td colspan="6"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Wobben Windpower Ltda.</td> <td></td> <td></td> <td>23.758</td> <td>18.615</td> <td colspan="4"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda.</td> <td></td> <td></td> <td>12.816</td> <td>10.603</td> <td colspan="4"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Elecnor do Brasil Ltda.</td> <td></td> <td></td> <td>1.691</td> <td>1.532</td> <td colspan="4"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Totais</td> <td></td> <td></td> <td>38.265</td> <td>30.750</td> <td colspan="4"></td> </tr> </tbody> </table>										Valores a pagar para partes relacionadas		2021	2020							Passivo (a)										Circulante										Fornecedores										Wobben Windpower				-	1.746					Elecnor do Brasil Ltda				132	119					Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda.				1.440	2.813					Totais				1.572	4.678					Resultado				2021	2020					Custo da Operação										Aquisição de Serviços										Wobben Windpower Ltda.				23.758	18.615					Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda.				12.816	10.603					Elecnor do Brasil Ltda.				1.691	1.532					Totais				38.265	30.750				
Valores a pagar para partes relacionadas		2021	2020																																																																																																																																																												
Passivo (a)																																																																																																																																																															
Circulante																																																																																																																																																															
Fornecedores																																																																																																																																																															
Wobben Windpower				-	1.746																																																																																																																																																										
Elecnor do Brasil Ltda				132	119																																																																																																																																																										
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda.				1.440	2.813																																																																																																																																																										
Totais				1.572	4.678																																																																																																																																																										
Resultado				2021	2020																																																																																																																																																										
Custo da Operação																																																																																																																																																															
Aquisição de Serviços																																																																																																																																																															
Wobben Windpower Ltda.				23.758	18.615																																																																																																																																																										
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda.				12.816	10.603																																																																																																																																																										
Elecnor do Brasil Ltda.				1.691	1.532																																																																																																																																																										
Totais				38.265	30.750																																																																																																																																																										
<p>a) Os serviços prestados por partes relacionadas seguem condições específicas estabelecidas no contrato firmado entre as partes e referem-se a serviços de operação, manutenção e gestão da exploração dos parques instalados.</p>																																																																																																																																																															
<p>21.2. Dividendos: A Companhia destinou em 2020 o valor de R\$32.891, corresponde a 50% do Lucro Líquido de 2020, e em maio de 2021 destinou o valor de R\$19.109, conforme Ata de 9 de abril de 2021, totalizando a destinação de dividendos no valor de R\$71.419. O total de dividendos pagos no período foi de R\$65.781. Abaixo segue demonstrado o saldo de dividendos a pagar em 2022:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Dividendos a pagar para Acionistas</th> <th>2021</th> <th>2020</th> <th colspan="6"></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">Wobben Windpower Ind. e Comércio Ltda.</td> <td>3.853</td> <td>3.289</td> <td colspan="6"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE - G.</td> <td>3.853</td> <td>3.289</td> <td colspan="6"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Rio Sul 1 Energia Ltda.</td> <td>30.823</td> <td>26.313</td> <td colspan="6"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Totais</td> <td>38.529</td> <td>32.891</td> <td colspan="6"></td> </tr> </tbody> </table>										Dividendos a pagar para Acionistas		2021	2020							Wobben Windpower Ind. e Comércio Ltda.		3.853	3.289							Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE - G.		3.853	3.289							Rio Sul 1 Energia Ltda.		30.823	26.313							Totais		38.529	32.891																																																																																																										
Dividendos a pagar para Acionistas		2021	2020																																																																																																																																																												
Wobben Windpower Ind. e Comércio Ltda.		3.853	3.289																																																																																																																																																												
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE - G.		3.853	3.289																																																																																																																																																												
Rio Sul 1 Energia Ltda.		30.823	26.313																																																																																																																																																												
Totais		38.529	32.891																																																																																																																																																												
<p>21.3. Remuneração dos Administradores: A Companhia não remunera diretamente os membros da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador.</p>																																																																																																																																																															
<p>22. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS: Trata-se dos créditos PIS e COFINS sobre a Depreciação e insumos de operação.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2021</th> <th>2020</th> <th colspan="7"></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Créditos de PIS e COFINS</td> <td>4.286</td> <td>4.517</td> <td colspan="7"></td> </tr> <tr> <td>Venda de Sucata</td> <td>15</td> <td>-</td> <td colspan="7"></td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>4.301</td> <td>4.517</td> <td colspan="7"></td> </tr> </tbody> </table>											2021	2020								Créditos de PIS e COFINS	4.286	4.517								Venda de Sucata	15	-								Total	4.301	4.517																																																																																																																					
	2021	2020																																																																																																																																																													
Créditos de PIS e COFINS	4.286	4.517																																																																																																																																																													
Venda de Sucata	15	-																																																																																																																																																													
Total	4.301	4.517																																																																																																																																																													
<p>23. COMPROMISSOS ASSUMIDOS: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui os seguintes principais compromissos contratuais relevantes:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Compromissos</th> <th>Posição em 31/12/2021</th> <th colspan="8"></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Encargos de Transmissão</td> <td>2.004</td> <td colspan="8"></td> </tr> <tr> <td>Arrendamentos</td> <td>223</td> <td colspan="8"></td> </tr> <tr> <td>Wobben Windpower</td> <td>2.112</td> <td colspan="8"></td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>4.339</td> <td colspan="8"></td> </tr> </tbody> </table> <p>Os contratos demonstrados acima se caracterizam como compromissos de longo prazo e apresentam remuneração variável atrelada a energia gerada pelos parques eólicos. O reconhecimento no resultado ocorre de acordo com a competência dos respectivos contratos.</p>										Compromissos	Posição em 31/12/2021									Encargos de Transmissão	2.004									Arrendamentos	223									Wobben Windpower	2.112									Total	4.339																																																																																																												
Compromissos	Posição em 31/12/2021																																																																																																																																																														
Encargos de Transmissão	2.004																																																																																																																																																														
Arrendamentos	223																																																																																																																																																														
Wobben Windpower	2.112																																																																																																																																																														
Total	4.339																																																																																																																																																														
<p>ACIONISTAS</p> <p>Rio Sul 1 Energia Ltda. Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda. Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G</p>			<p>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p> <p>Jose Castellanos Ybarra Elena Diaz Pindado Hans-Dieter Kettwig</p> <p>Felipe Ostermayer Oscar Martin Pacios Thais Mattei Lanzotti</p>			<p>DIRETORIA</p> <p>Jose Castellanos Ybarra Diretor Presidente</p> <p>Marco Antonio Morales Garrido Diretor sem Designação Específica</p> <p>Felipe Ostermayer Diretor de Relações com Investidores</p>			<p>CONTADOR</p> <p>Silvio Marcelino Bobrowski CRC/RS 52.920/O-9 CPF 714.342.320-34</p>																																																																																																																																																						
<p>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</p> <p>Aos Acionistas e Administradores da Ventos do Sul Energia S.A.</p> <p>Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos do Sul Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos do Sul Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".</p> <p>Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Reconhecimento de receita: Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.10 e nº 17 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente da geração de energia elétrica, sendo reconhecida quando esta é fornecida para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desse fornecimento. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude da relevância dos valores envolvidos e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita e contas a receber e da dependência dos respectivos controles internos envolvidos no processo de reconhecimento da receita da Companhia. Para responder a esse principal assunto de auditoria, nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (a) o entendimento e a avaliação do desenho, da implementação e da efetividade operacional dos controles internos relevantes determinados pela Administração da Companhia para mensurar o montante da receita a ser reconhecida nas demonstrações financeiras; (b) procedimentos analíticos substantivos para avaliar a ocorrência da receita, comparando a receita reconhecida com as informações de geração de energia e preço contratadas com o cliente; e (c) recálculo das receitas baseadas nas cláusulas contratuais e nos dados obtidos de fontes oficiais. Nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas notas explicativas. Com base nos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e nas evidências de auditoria obtidas que suportam nossos testes, consideramos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Administração da Companhia e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p> <p>Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p> <p>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.</p>																																																																																																																																																															
<p>Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.</p> <p>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2022</p>																																																																																																																																																															
<p>DELLOITTE</p>			<p>DELOITTE TOUCHE TOHMATSU</p>			<p>OTÁVIO RAMOS PEREIRA</p>			<p>Audidores Independentes - CRC nº 2SP 011609/O-8 "F" RS</p>	<p>Contador - CRC nº 1 RS 057770/O-2</p>																																																																																																																																																					

BAIXE O APP JC

DISPONÍVEL NO Google play

DISPONÍVEL NA App Store

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!